

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019**

O **BANCO PAULISTA S.A.**, inscrita no CNPJ sob o número 61.820.817/0001-09, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com a Resolução BCB Nº 2, De 12 de Agosto de 2020:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração de Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas; E
- Relatório da Auditoria.

As demonstrações financeiras foram originalmente publicadas no sítio da instituição no dia 05/02/2021, endereço eletrônico: www.bancopaulista.com.br.


Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo. Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.

Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração e foram submetidas à auditoria externa, sendo o relatório parte integrante desta remessa eletrônica para publicação na Central de Demonstrações Financeiras.

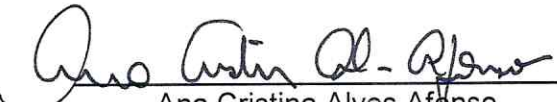
São Paulo, 05 de fevereiro de 2021



Marcelo de Toledo Guimarães
Diretor Presidente



Rui Luis Fernandes
Diretor



Ana Cristina Alves Afonso
CRC 1SP234300/O-5



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O Lucro do Banco Paulista no semestre alcançou R\$ 2,19 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 169,4 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 1,6 bilhões e estavam formados por R\$ 481 milhões de Operações de Crédito e R\$ 422,7 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos Captados representam R\$ 1,3 bilhões.

Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das Áreas e na segregação de funções.

O Banco Paulista vem adotando um conjunto de ações e medidas, que visam à proteção da Instituição, e que já estão contribuindo, efetivamente, para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

Motivado, principalmente, pela deflagração de nova fase da Operação Lava Jato, em que são investigadas operações de lavagem de dinheiro relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, cujos fatos foram divulgados na imprensa, o Banco, após o dia 8.5.2019, realizou importantes movimentos para o aprimoramento e o fortalecimento de sua Governança.

Dentre as ações, o Banco reafirma seu compromisso por um programa de Compliance efetivo e estruturado, que passou pela revisão e elaboração de novos mecanismos de controle, tendo sido já implementadas ações como: a) revisão do sistema de Governança, b) criação de um Canal de Ética, c) contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar o Departamento, d) sistema de monitoramento de transações e, e) novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

O Banco, diante dos fatos ocorridos e, por iniciativa da Administração, constituiu um Comitê de Investigação composto por membros independentes. Esse Comitê tinha a função de supervisionar a realização da auditoria forense que era conduzida pelo escritório Felsberg Advogados que, juntamente com a Control Risks Brasil, tinham a função de investigar a existência de eventual irregularidade sob os aspectos jurídicos, financeiros, processuais, informativos e tecnológicos.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, onde não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objetos do auto de infração mencionado na nota explicativa 16.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.

Adicionalmente e de forma concomitante, o Banco iniciou a revisão de sua estrutura organizacional e do seu Estatuto Social com o objetivo de melhor adequação aos procedimentos internos implementados.

O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.

Agradecimentos: A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela preferência e, acima de tudo, pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2020


A Administração
Rui Luis Fernandes
Diretor


Marcelo de Toledo Guimarães
Presidente

BANCO PAULISTA S.A.
(CNPJ nº 61.820.817/0001-09)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020

BANCO PAULISTA S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do **Banco Paulista S.A. (“Banco”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião” não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil

Em função do processo instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como “Operação Lava Jato - Disfarces de Mamom”, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.c., a atual Administração do Banco concluiu investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzida por escritório de advocacia e empresa especializada em riscos, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu apenas os prestadores de serviços constantes nas investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R\$ 55.586 mil, cujo saldo atualizado em 30 de junho de 2020 corresponde a R\$ 31.088 mil, conforme nota explicativa nº 16.a. A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 29.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas. Conforme nota explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 3 de dezembro de 2019 em função do percentual da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica tem a mesma interpretação ao auto original.

Em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 74ª fase da operação Lava Jato cujos alvos foram operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A. (denominadas em conjunto “Petrobras”) entre o período de 12 de setembro de 2008 à 18 de março de 2011, realizadas pelo Banco Paulista, cujo objeto é o aprofundamento das investigações sobre possíveis ilícitos praticados nas áreas de câmbio dos envolvidos, Banco e empresas, em contratos que teriam sido celebrados entre as partes, levando a supostas sobretaxas das mesmas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações. A administração e sua assessoria jurídica entendem que o bloqueio realizado é suficiente para suportar eventuais cobranças decorrentes de sobretaxas praticadas, caso estas venham a ser comprovadas, sendo desnecessário provisionamento de eventuais contingências. Contudo, não houve posicionamento a respeito de eventuais ressarcimentos que possam ser requeridos pelas empresas envolvidas, denominadas Petrobras, e se poderia haver eventuais passivos a serem constituídos, não sendo possível fazê-los através de procedimentos alternativos de auditoria. Ressaltamos que as investigações independentes realizadas anteriormente pelo Banco não abrangeram a totalidade dos prestadores de serviços e, principalmente, as operações realizadas com a Petrobras, estas com o objetivo de averiguar eventuais sobretaxas praticadas, não tendo a administração iniciado processo de nova investigação sobre estes assuntos ou eventuais valores envolvidos. Nesse sentido, não nos foi possível concluir quanto a possível instauração de ação de improbidade administrativa contra o Banco e com a consequente ação de indenização, o que poderia ensejar eventuais contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis do Banco findas em 30 de junho de 2020. Como consequência, não nos foi possível mensurarmos eventuais efeitos destas operações apontadas por esta fase da operação Lava Jato, incluindo a adequada divulgação das notas explicativas, podendo ainda requerer ou depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, sejam exigidos como parte de todo o processo de investigação deflagrados.

Assim, as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços e as operações com a Petrobras, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, podendo vir a serem requeridos como parte de todo o processo de investigação deflagrado. Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, o que pode incluir novas sanções, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2020 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.

Inquérito Civil

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.c, em 30 de outubro de 2020, o Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (“COPAS”)c do BACEN, decidiu, por unanimidade, pelo arquivamento do Processo Administrativo Sancionador nº PE 157096, que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior. No entanto, o MPF, por meio do Ofício 13003/2020 instaurou o inquérito civil nº 1.34.001.007268/2019-47 com o intuito de realizar sua própria investigação sobre essas transações. A administração do Banco, suportada pelos seus assessores jurídicos avaliou que no presente momento o MPF ainda não tem elementos suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública, não tendo como precisar quais as chances de que venha a ser iniciada uma ação civil pública decorrente desse procedimento. Adicionalmente, o referido inquérito civil corre em sigilo de justiça, de modo que não tivemos acesso aos autos do processo. Nesse sentido, não nos foi possível concluir sobre os possíveis impactos desse inquérito sobre as demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2020, incluído a divulgação em notas explicativas, bem como sobre a necessidade de constituição de eventuais passivos contingentes.

Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior

Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras nas datas de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as quais não foram recebidas em sua totalidade. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre estes procedimentos de auditoria e sobre eventuais impactos desse assunto nas demonstrações contábeis do Banco findas em 30 de junho de 2020.

Investimentos em controladas e coligadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, o Banco possuía investimento na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. (“Companhia Investida”), representando 100% (cem por cento) do capital daquela investida e, conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 06 de fevereiro de 2020, os acionistas do Banco, em Assembleia Geral Extraordinária deliberaram a favor da redução do capital social do Banco mediante a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Singulare”) (anteriormente denominada “SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.”) aos seus acionistas pessoas físicas, tendo sido esta transação homologada pelo Banco Central do Brasil em 03 de julho de 2020. Nesse sentido, o Banco restituiu aos seus acionistas o montante de R\$ 60.000 mil, correspondente ao patrimônio líquido da Socopa em 31 de dezembro de 2019, cujas demonstrações contábeis foram por nós auditadas, tendo sido emitido o relatório de auditoria em 12 de agosto de 2020 com as seguintes ressalvas: i) investigação realizada pela administração mencionada no parágrafo acima intitulado “Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil”; ii) Disponibilidades em moedas estrangeiras sem evidências de auditoria apropriadas e suficientes para emissão de opinião; iii) Circularização de instituições financeiras brasileiras não recebidas em sua totalidade; iv) Operações de câmbio para as quais não foram apresentados os respectivos contratos de câmbio e/ou outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar os saldos contabilizados; v) distribuição de dividendos no montante de R\$ 38.521 mil sem que houvesse saldos suficientes das reservas legal e estatutária, em desacordo com a legislação societária; vi) Insuficiência de provisionamento de contingências junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no valor de R\$ 1.118 mil; vii) Insuficiência de provisionamento de contingências no valor de R\$ 3.842 mil; viii) inconsistências no estudo de recuperabilidade dos créditos tributários, registrados no montante de R\$ 4.102 mil, que impediram de concluir sobre o adequado reconhecimento deste ativo; ix) inconsistência no saldo de ajuste de avaliação patrimonial que está superavaliado no montante de R\$ 609 mil; e x) inconsistência na apuração de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, cujas despesas estão subavaliadas em R\$ 1.426 mil.

Como consequência, não nos foi possível avaliar os impactos destes assuntos quanto ao valor de equivalência registrado em 31 de dezembro de 2019 e o valor utilizado como base para redução de capital durante o semestre findo em 30 de junho de 2020.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Conforme nota explicativa nº 8.d às demonstrações contábeis, em 30 de junho de 2020 o Banco apresenta perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 18.827 mil, dos quais R\$ 4.340 mil referem-se a créditos vencidos até 31 de dezembro de 2019, uma vez que essas operações não apresentavam garantias naquele exercício. A Administração optou por não reapresentar as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com as devidas correções necessárias, conforme previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11. Como consequência, o resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020 está subavaliado em R\$ 4.340 mil.

Apuração de créditos tributários

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações contábeis, o Banco tem registrado créditos tributários no montante de R\$ 36.355 mil, dos quais R\$ 3.971 mil não tiveram apresentação de evidências apropriadas e suficientes para corroborar a constituição deste valor. Como consequência, o saldo de crédito tributário e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 3.971 mil em 30 de junho de 2020.

Impairment sobre o Intangível

Conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, o Banco possui Intangível de marcas e patentes no montante de R\$ 4.000 mil, o qual foi locado pelo prazo de 240 meses, requerendo a aplicação do CPC 01 (R1) Redução do valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.566/08. A Administração não procedeu a realização de teste de recuperabilidade de seu fluxo de caixa, tendo nosso exame apontado a necessidade de reconhecimento de impairment no montante de R\$ 537 mil. Como consequência, em 30 de junho de 2020, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados nesse mesmo montante, enquanto o resultado do semestre findo em 30 de junho de 2020 está superavaliado em R\$ 168 mil.

Multas CVM

O Banco reverteu em exercícios anteriores, provisões para multas junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decorrentes de descumprimento de prazos na entrega de demonstrações contábeis de fundos de investimentos por ele administrados no montante de R\$ 4.059 mil, entendendo que as mesmas devem ser reconhecidas quando de sua efetiva cobrança, independentemente da sua prescrição, contrariando o disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução do CMN 3.823/09. Como consequência, em 30 de junho de 2020, o passivo circulante está subavaliado em R\$ 4.059 mil, enquanto o patrimônio líquido está superavaliado nesse mesmo montante.

Ajuste de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2020 o Banco possuía ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários registrados em seu patrimônio líquido no montante de R\$ 664 mil. Entretanto, nossos exames indicaram que o valor deste ajuste corresponde ao montante de R\$ 5 mil, líquidos de efeitos tributários, sendo a diferença decorrente de títulos vendidos no semestre, cujos ajustes de avaliação patrimonial não foram tempestivamente reconhecidos no resultado. Como consequência, em 30 de junho de 2020 o ajuste de avaliação patrimonial superavaliado em R\$ 659 mil, enquanto o resultado do semestre findo nessa mesma data encontra-se subavaliado em R\$ 659 mil.

Processo Administrativo

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.c e 29.d, o Banco Central do Brasil instaurou processo administrativo em 13 de abril de 2018 referente a irregularidades no cumprimento dos normativos estabelecidos por essa autoridade na condução de operações de câmbio. Em julgamento realizado em 03 de agosto de 2020 foi sentenciada a aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753 mil, para a qual o Banco ingressou com recurso e os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provisão para perdas é requerida, de tal maneira que nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2020. Como consequência, se consumada a multa o patrimônio líquido e o resultado do exercício estarão superavaliados em R\$ 9.753 mil.

Incerteza quanto à continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c, como consequência do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 13 de abril de 2018, e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco no processo de investigação conduzida pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Disfarces de Mamom”, o Banco encerrou suas atividades no mercado de câmbio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo início deste encerramento o mês de abril de 2019, com a descontinuidade das atividades de importação de reais, sendo estas operações responsáveis significativamente pela receita da intermediação financeira do Banco, conforme nota explicativa nº 1. Dentro do processo de reestruturação societária, foi homologação pelo BACEN em 03 de julho de 2020, a redução de capital do Banco com entrega aos acionistas das ações de sua subsidiária integral conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1 e, com isso, o Banco deixa de ter os resultados de equivalência patrimonial alcançado nos últimos exercícios, conforme nota explicativa nº 11.

Estas questões, somadas à relevância dos assuntos mencionados acima e reportados nas notas explicativas nº 8.d, 16.c, 12 e 25 relativas à procedimentos contábeis adotados pela administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que foram objeto de ressalvas descritas, requerem que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

Ênfases

Operação com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22, no semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco reconheceu resultado com cessões de precatórios no montante de R\$ 2.963 mil, as quais foram realizadas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investimento em Cotas de Fundo de Participações

O Banco detinha em 30 de junho de 2020, cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Investido”) nos montantes de R\$ 8.299 mil. O Fundo Investido se encontra em fase de desinvestimento, após aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas da prorrogação do seu prazo de duração, até 18 de novembro de 2020. Desta forma, a continuidade operacional do Fundo Investido, nos próximos exercícios, depende de nova prorrogação a ser aprovada pela Assembleia Geral de Cotistas. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2019

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 30 de julho de 2020 com ressalvas relacionadas aos seguintes assuntos:

Investigações independentes

Ressalva com mesmo teor acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil”.

Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

A administração não apresentou as demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Consequentemente, a leitura destas demonstrações contábeis deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis da controlada.

Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior

Confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 31 de dezembro de 2019 não recebidas.

Prejuízo com encerramento de atividades operacionais de câmbio

Prejuízos reconhecidos contra o resultado em diversas rubricas contábeis relacionadas com encerramento de atividades operacionais de câmbio, resultando em perdas de R\$ 10.293 mil, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que permitissem concluir sobre este procedimento, assim como sobre a correta competência destas transações.

Créditos tributários de exercícios anteriores

Registro de créditos tributários no montante de R\$ 12.810 mil, dos quais R\$ 2.780 mil referem-se a créditos constituídos sobre operações anteriores ao exercício de 2019, para as quais a Administração não realizou a reapresentação das demonstrações contábeis conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.077/11

Investimentos em controladas e coligadas

Investimentos que o Banco possuía investimento na controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente denominada "SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.") ("Companhia Investida"), a qual não concluiu o processo de auditoria de suas demonstrações contábeis até a data de emissão de nosso relatório, não sendo possível concluirmos quanto a correta apresentação deste investimento, no valor de R\$ 63.783 mil, e da equivalência patrimonial, no valor de R\$ 870 mil em 31 de dezembro de 2019.

Apuração de créditos tributários

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada "Apuração de créditos tributários".

Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio

O Banco pagou juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 4.539 mil. Entretanto, o Banco não apresentou lucro no exercício ou saldo de reservas que possibilitassem o pagamento do JCP. Adicionalmente, as ressalvas descritas no relatório indicavam que o resultado do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estavam superavaliados. Como consequência, o saldo da reserva legal não estava adequadamente apresentado.

Impairment sobre o Intangível

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada "Impairment sobre o Intangível".

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

O Banco apresentava perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 24.912 mil, enquanto nosso exame apontou para o montante de R\$ 29.252 mil, indicando uma subavaliação de R\$ 4.340 mil, por falta de garantia de operações e, por eventos subsequentes, terem sido totalmente provisionadas. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo e o patrimônio líquido estão superavaliados, assim como o resultado do semestre e exercício estavam superavaliados em R\$ 4.340 mil.

Multas CVM

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada "Multas CVM"

Ajuste de avaliação patrimonial

O Banco reconheceu ajuste como receita relacionado com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda no montante de R\$ 2.983 mil, decorrentes de títulos negociados e liquidados anteriormente ao exercício de 2019. Como consequência, os resultados do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estavam superavaliados em R\$ 2.983 mil.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 o Banco reconheceu resultado negativo com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 13.282 mil, dos quais, R\$ 3.547 mil referem-se a despesas incorridas no semestre findo em 30 de junho de 2019. Como consequência, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2019 estava subavaliado em R\$ 3.547mil.

Continuidade operacional

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Incerteza quanto à continuidade operacional”;

Adicionalmente, o relatório de auditoria referente as demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de dezembro de 2019 continha os seguintes parágrafos de ênfases:

Operações com partes relacionadas

No exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2019, o Banco reconheceu resultado com cessões de precatórios no montante de R\$ 5.243 mil, as quais foram realizadas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza sobre realização de ativos

O Banco detinha em 31 de dezembro de 2019, cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Investido”) nos montantes de R\$ 7.494 mil. As demonstrações contábeis do Fundo Investido referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 26 de julho de 2019 com o seguinte parágrafo de Incerteza relevante quanto a continuidade operacional:

“Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 4, que evidencia que o Fundo possui investimentos nas Companhias GPR Empreendimentos (GPR20), GPR Empreendimentos (GPR23), GPR Empreendimentos (GPR28) e GPR Empreendimentos (GPR29), as quais encontram-se em fase de desenvolvimento de suas operações e ciclo de receitas ainda não iniciado. A obtenção de receitas pelas Companhias depende do sucesso das operações que estão em desenvolvimento, nesse contexto, até que as operações se tornem rentáveis, as Companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros. Dessa forma, a continuidade operacional das Companhias depende do sucesso do plano desenvolvido pela administração. As demonstrações contábeis das Companhias não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou os valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. Nossa opinião não contém modificações em função desse assunto.”

Assim, caso as ações desenvolvidas pela Administração das Companhias Investidas pelo Fundo Investido não se materializem, o valor registrado neste investimento será diferente daquele estimado em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2019

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em 15 de maio de 2020 com abstenção de opinião relacionada aos seguintes assuntos:

Investigações independentes

Ressalva com mesmo teor à ressalva descrita acima na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, “Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil”.

Documentação suporte de operações de câmbio

Operações de câmbio registrados nas rubricas contábeis “Devedores diversos no país”, “Depósitos a vista em moeda estrangeira”, e “Pendências a regularizar - Câmbio” nos montantes de, R\$ 21.825 mil, R\$ 15.064 mil e R\$ 3.242 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentadas documentações e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas.

Circularização de instituições financeiras

Confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.

Circularizações de operações de crédito

Confirmações de operações de crédito na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.

Reconhecimento de resultado

Reconhecimento de resultado com instrumentos financeiros derivativos e receita com prestação de serviços os valores de R\$ 12.244 mil e R\$ 32.130 mil, respectivamente, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que nos permitisse concluir sobre este montante, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos alternativos de auditoria.

Continuidade operacional

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Incerteza quanto à continuidade operacional”;

Investimentos em controladas e coligadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 30 de junho de 2019 o Banco possuía investimentos de R\$ 70.491 mil na SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. (“Companhia Investida”), representando 100% (cem por cento) do capital daquela investida. As demonstrações contábeis da “Companhia Investida” foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 14 de maio de 2020 continha abstenção de opinião devido ao assunto relacionado com a investigação realizada pela administração e pelos seguintes assuntos: i) Circularização de instituições financeiras brasileiras não recebidas em sua totalidade; ii) Disponibilidades em moedas estrangeiras sem evidências de auditoria apropriadas e suficientes para emissão de opinião; iii) Operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis “Carteira de câmbio - ativo”, “Devedores diversos no país”, “Carteira de câmbio - passivo”, e “Comissões a pagar sobre operações de câmbio” para as quais não foram apresentados os respectivos contratos de câmbio e/ou outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar os saldos contabilizados; iv) Registro nas rubricas contábeis “Cotas de Fundos de Investimento”, “Rendas a receber”, “Taxa depositária do Tesouro Nacional” e “Credores diversos” sem apresentação de documentos suporte de tais registros; v) Reconhecimento de resultado com “títulos e valores mobiliários”, “Receita de prestação de serviços”, “Outras receitas operacionais” e “Outras despesas operacionais” sem apresentação de documentação suporte; vi) Insuficiência de provisionamento de contingências junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no valor de R\$ 2.653 mil, líquido de efeitos tributários.

Como consequência não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos quanto a correta apresentação deste investimento em 30 de junho de 2019, assim como sobre o resultado de equivalência patrimonial referente ao semestre findo nessa mesma data no montante de R\$ 5.929 mil.

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Nota Explicativa nº 7, em 30 de junho de 2019, o Banco possuía posições ativas em instrumentos financeiros derivativos relacionados com moeda estrangeira no montante de R\$ 1.383 mil, quando os extratos de custódia emitidos pelas corretoras nas quais estas operações foram realizadas indicaram que a posição do Banco era de R\$ 2.041 mil como posição passiva. Consequentemente, em 30 de junho de 2019, o ativo circulante do Banco está superavaliado em R\$ 1.383 mil, o passivo circulante está subavaliado em R\$ 672 mil, líquido de efeitos tributários, enquanto o patrimônio líquido e o resultado do semestre findo nessa mesma data estão superavaliados em R\$ 2.055 mil, líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o relatório de auditoria referente as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2019 continha os seguintes parágrafos de ênfases:

Reapresentação das demonstrações contábeis

Reapresentação das demonstrações contábeis em decorrência de retificações de erro, os valores correspondentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº4.007/11.

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional de Fundo Investido

Ressalva com mesmo teor à ressalva descrita acima na seção intitulada “Ênfase”, “Investimento em Cotas de Fundos de Participações”.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria.



Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/Q-1



Paulo Sérgio Barbosa

Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Banco Paulista S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2020	2019
Ativo			
Circulante		1.078.942	1.165.787
Caixa e equivalente de caixa		502.608	689.888
Disponibilidades	4	2.610	26.490
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5	499.998	663.398
Instrumentos financeiros		539.706	446.249
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	2.007	1.808
Títulos e valores mobiliários	6	228.615	118.456
Instrumentos financeiros derivativos	7	10.690	3.247
Relações interfinanceiras		19.443	17.996
Operações de crédito - Setor privado	8	238.841	214.715
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	39.339	60.325
Carteira de câmbio	9	-	24.879
Rendas a receber		90	-
Negociação e intermediação de valores		655	4.797
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		26	26
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(9.497)	(10.998)
(-) Operações de crédito	8	(9.104)	(10.300)
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(393)	(603)
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		-	(95)
Outros ativos		46.125	40.648
Despesas antecipadas		72	135
Bens não de uso próprio		4.820	2.525
Diversos	10	41.233	37.988
Não circulante		548.793	873.576
Instrumentos financeiros		443.697	775.141
Títulos e valores mobiliários	6	183.450	473.385
Operações de crédito - Setor privado	8	242.251	291.986
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	9.671	-
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		8.325	9.770
Outros ativos		4.527	4.351
Diversos	10	4.527	4.351
Créditos tributários	25b	36.355	33.979
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(9.410)	(14.009)
(-) Operações de crédito	8	(9.233)	(14.009)
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(97)	-
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito		(80)	-

	Notas Explicativas	2020	2019
Ativo--Continuação			
Investimentos		66.529	66.335
Participações em coligadas e controladas no País	11	63.783	63.783
Outros investimentos		2.998	2.804
(-) Provisões para Perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		1.445	1.846
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		6.494	7.116
(-) Depreciações acumuladas		(6.006)	(6.227)
Intangível		5.650	5.933
Ativos intangíveis	12	9.193	9.192
(-) Amortizações acumuladas	12	(3.543)	(3.259)
Total do ativo		1.627.735	2.039.363

	Notas Explicativas	2020	2019
Passivo			
Circulante		1.105.162	1.377.276
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.029.790	1.339.075
Depósitos	13	414.214	358.891
Captações no mercado aberto	14	534.342	867.120
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	73.607	29.602
Obrigações por empréstimos e repasses	15	6.818	7.218
Relações interdependência e interfinanceiras		809	608
Carteira de câmbio	9	-	13.123
Negociação e intermediação de valores		-	62.513
Provisões		10.434	6.797
Para imposto de renda e contribuição social		4.397	-
Para pagamentos a efetuar		5.164	5.983
Para garantias financeiras prestadas		873	814
Outros passivos		64.938	31.404
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		6	1
Fiscais e previdenciárias	16a	2.027	11.621
Sociais e estatutárias		-	681
Diversas	16b	62.905	19.101
Não circulante		353.205	452.787
Depósitos e demais instrumentos financeiros		317.924	422.616
Depósitos	13	238.700	293.344
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	47.531	98.209
Dívidas subordinadas	15	31.693	31.063
Provisões		4.193	3.477
Para pagamentos a efetuar		60	60
Para passivos contingentes	29b	4.133	3.417
Outros passivos		31.088	26.694
Fiscais e previdenciárias	16a	31.088	26.694
Patrimônio líquido		169.368	209.300
Capital Social - Domiciliado no país	17	206.300	206.300
Aumento de capital		38.000	-
Capital a integralizar		(19.000)	-
Redução de capital		(60.000)	-
Reservas de lucros		3.404	1.218
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos		664	1.782
Total do passivo		1.627.735	2.039.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Notas Explicativas	2020	2019
Receitas de intermediação financeira		53.293	173.974
Operações de crédito	8h	25.854	35.274
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		23.069	52.142
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(4.085)	12.244
Resultado com operações de câmbio		8.455	74.314
Despesas de intermediação financeira		(31.190)	(84.829)
Despesas de captação no mercado	18	(25.179)	(71.529)
Operações de empréstimos e repasses		(4.327)	(9.289)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(1.684)	(4.011)
Resultado bruto de intermediação financeira		22.103	89.145
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.714)	(65.915)
Receitas de prestação de serviços	19	2.544	2.677
Rendas de tarifas bancárias	19	24.061	29.453
Despesas de pessoal	20	(20.995)	(40.755)
Despesas administrativas	21	(15.627)	(54.214)
Despesas tributárias		(5.102)	(8.904)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	-	5.929
Despesas com provisões	23	(1.258)	(1.355)
Outras receitas operacionais	22	7.657	14.180
Outras despesas operacionais	24	(7.994)	(12.926)
Resultado operacional		5.389	23.230
Resultado não operacional		(202)	573
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.187	23.803
Imposto de renda e contribuição social	25	(2.758)	(5.672)
Provisão para imposto de renda		(2.411)	(4.783)
Provisão para contribuição social		(1.889)	(2.425)
Ativo fiscal diferido		1.542	1.536
Participações estatutárias no lucro		(243)	(3.759)
Lucro líquido no semestre		2.186	14.372
Lucro por lote de mil ações - R\$		7,33	48,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração de resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do semestre	2.186	14.372
Outros resultados abrangentes	(1.118)	1.201
Investimentos financeiros disponíveis para venda	(1.855)	2.003
Imposto de renda e contribuição social	737	(802)
Lucro líquido abrangente do semestre	<u>1.068</u>	<u>15.573</u>

Banco Paulista S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Capital a integralizar	Redução de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	193.500	12.800	-	-	9.077	-	3.357	-	218.734
Aumento de capital	12.800	(12.800)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	14.372	14.372
Reserva legal	-	-	-	-	718	-	-	(718)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	13.654	-	(13.654)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	1.010	-	1.010
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	-	-	191	-	191
Saldos em 30 de junho de 2019	206.300	-	-	-	9.795	13.654	4.558	-	234.307
Mutações no semestre	12.800	(12.800)	-	-	718	13.654	1.201	-	15.573
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.300	-	-	-	1.218	-	1.782	-	209.300
Aumento de capital	-	38.000	(19.000)	-	-	-	-	-	19.000
Redução de capital	-	-	-	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	2.186	2.186
Reserva legal	-	-	-	-	109	-	-	(109)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	2.077	-	(2.077)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	-	-	(498)	-	(498)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	-	-	(620)	-	(620)
Saldos em 30 de junho de 2020	206.300	38.000	(19.000)	(60.000)	1.327	2.077	664	-	169.368
Mutações no semestre	-	38.000	(19.000)	(60.000)	109	2.077	(1.118)	-	(39.932)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido ajustado do semestre	3.983	12.929
Lucro líquido do semestre	2.186	14.372
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	1.797	(1.443)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	1.684	4.011
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.542)	(1.536)
Depreciações e amortizações (nota 24)	435	726
Resultado de participação em controladas (nota 11)	-	(5.929)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(38)	(70)
Reversões de depósitos judiciais	36	147
Provisões para contingências	903	579
Provisões para fianças	59	99
Outras atualizações monetárias	260	530
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros	(199)	(302)
Redução em títulos e valores mobiliários	178.658	16.082
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	(1.246)	(57.580)
Redução em operações de crédito	17.953	117.355
(Aumento) redução em outros ativos	(5.742)	31.519
Redução em negociação e intermediação de valores	(58.371)	8.039
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos	(7.443)	1.200
(Aumento) redução em créditos tributários	(834)	1.886
Redução em títulos e créditos a receber	12.632	40.684
Redução em carteira de câmbio	11.756	15
Aumento (Redução) em depósitos	679	(249.808)
(Redução) de captações no mercado aberto	(332.778)	(545.774)
(Redução) em outros passivos	(16.872)	(14.279)
(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(5.200)	(7.425)
Aumento (Redução) em provisões	3.132	(10.445)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(199.892)	(655.904)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	-	(391)
Aplicações no intangível	(1)	(745)
Alienações imobilizado	250	386
Aplicações em investimentos	(194)	(378)
Baixa em investimentos	-	38.521
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	55	37.393
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (nota 17a)	19.000	-
(Redução) de obrigações por empréstimos e repasses	(400)	(33.578)
(Redução) aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(6.673)	19.968
Aumento em dívida subordinada	630	1.035
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	12.557	(12.575)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(187.280)	(631.086)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre (nota 4)	689.888	1.459.777
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 4)	502.608	828.691
	(187.280)	(631.086)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Paulista (“Banco”) é uma sociedade de capital fechado, controlado pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua antiga controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Singulare”) (anteriormente denominada “SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.) e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir da reorganização societária envolvendo Banco e Singulare descrita abaixo, a Singulare deixará de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberarem sobre a sua “reorganização societária”, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Singulare independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Singulare para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Singulare reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R\$ 19.000, a ser pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional.

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020–BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Em virtude do descrito na Nota 2 a seguir, no segundo semestre de 2019 o Banco descontinuou a operação de câmbio e se reestruturou administrativamente e em termos de Governança, dando foco na sua carteira de crédito e prestação de serviços, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto, que no momento não é possível ser definida pela administração.

Tendo em vista a relevância dos assuntos mencionados acima, a administração continua adotando medidas imediatas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, como por exemplo, a adequação de sua estrutura organizacional, em função da descontinuidade da operação de câmbio, sob o risco de não a ter caso não obtenha sucesso em suas medidas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

- a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo estas revisadas periodicamente.

Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.720/19, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Circular nº 3.959/2019 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2020.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

A demonstrações foram aprovadas em 28 de janeiro de 2021.

- b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
- c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2019:
 - em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco. Em agosto de 2020 o Banco Central julgou o processo e decidiu pela aplicação de multa pecuniária (vide nota explicativa 29).
 - Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide notas explicativas 16.a e 29.c);

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

- Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, na qual o Ministério Público Federal (“MPF”) e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do “Setor de Operações Estruturadas” do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 29.c, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências de impugnação;
- Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Singulare, conforme descrito na nota explicativa nº 1.
- Em setembro de 2020, o Banco foi novamente alvo da operação Lava Jato através da 74ª fase, onde houve busca e apreensão de dados relacionados com operações de câmbio realizadas com a Petrobrás, no período de 2008 a 2011, com a alegação de terem sido realizadas com sobretaxa, para as quais o Banco Paulista prontamente se colocou à disposição para prestar esclarecimentos e fornecer as informações necessárias, sendo que até o momento nada de concreto foi apurado e, por este motivo, não acionou seu corpo jurídico e não procedeu ao levantamento das operações e seus possíveis efeitos.
- Em outubro de 2020 o BACEN decidiu pelo arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador PE 157096 que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco Paulista no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior.
- Sobre o mesmo assunto, o MPF, em procedimento cível, encaminhou ofício solicitando esclarecimentos ao Banco que, no momento oportuno, apresentará manifestação. O Banco informará acerca do arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador acima mencionado.

A atual gestão do Banco Paulista desconhece as operações investigadas e reafirma que a Instituição sempre se pautou pela legalidade e segue todas as normas e diretrizes do Banco Central do Brasil.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo sobre as operações objeto da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação. Esta investigação não abrangeu todas as operações realizadas pela área de câmbio, tão pouco as operações com a Petrobrás.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.

Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- o objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, considerando as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, Bacen e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com seu potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas mitigativas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- revisão do sistema de governança;
- criação de um Canal de Ética;
- contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- sistema de monitoramento de transações; e
- novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 16.a e da 74ª fase da operação Lava Jato, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão restrita ao departamento de câmbio.

A administração e sua assessoria jurídica entendem que não existem, até o momento da divulgação destas Demonstrações Contábeis, elementos, fatos ou circunstâncias que imputem ao Banco, em decorrência da importação de moedas e 74ª fase da operação Lava Jato, qualquer contingência que justifique o provisionamento de qualquer valor, haja vista que:

- o Banco não foi alvo de medidas coercitivas nos processos criminais em andamento;
- nesses processos, quando apontado eventual prejuízo nos autos, houve o bloqueio de bens das pessoas físicas citadas;
- para que seja cabível a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa tendo por objeto a operação de importação de moeda estrangeira ou ainda aquelas envolvendo a PETROBRAS, seria necessário que fosse comprovada a existência de ato ilícito causador de prejuízo. Considerando o arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador pelo BACEN, são consideradas remotas as chances de condenação de ação civil pública por improbidade.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- *Operações de futuros* - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 9.

Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e constituição de perdas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99. Estas operações foram descontinuadas durante o 2º semestre de 2019 conforme descritos na nota explicativa nº 1.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

e) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

f) Investimentos

Em função da reorganização societária envolvendo o Banco e sua subsidiária integral Singulare conforme descrito na nota explicativa nº 1, as Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de forma individualizada e, em função de a data base dos balanços utilizados ter sido a de 31 de dezembro de 2019, no semestre de 2020 não houve o reconhecimento da equivalência patrimonial.

Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

g) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

h) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Com o advento da Emenda Constitucional nº 103, Art. 32, a alíquota da CSLL a partir de março de 2020 passará a vigorar para os Bancos sob a alíquota de 20%.

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados “*pro-rata*” dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

l) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2020 e 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades - Em moeda nacional	2.000	25.140
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	610	1.350
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	499.998	663.398
Caixa e equivalentes de caixa	<u>502.608</u>	<u>689.888</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações no mercado aberto

	2020		2019
	1 a 30 dias	Total	Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	138.086	138.086	111.127
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	13.400
Notas do Tesouro Nacional - NTN	138.086	138.086	97.727
Posição financiada:	361.912	361.912	552.271
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	361.912	361.912	552.271
Total	499.998	499.998	663.398

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 9.347 (R\$ 35.241 em 2019).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2020	2019
Vencimento até 90 dias	2.007	1.808
Total	2.007	1.808

No semestre findo em 30 de junho de 2020, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 10 (R\$ 10 em 2019).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

6. Títulos e valores mobiliários

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2020		2019	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Títulos para negociação				
Carteira própria - livres	22.473	22.493	26.351	28.020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	128	128	272	272
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	400	400
Notas do Tesouro Nacional - NTN	473	551	469	581
Títulos da Dívida Agrária - TDA	138	110	133	109
Cotas de Fundos de Investimento	10.947	10.917	9.917	9.917
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	7.463	7.463	9.580	9.580
Ações de Companhias Abertas	87	87	635	2.216
Aplicações em TVM no exterior	-	-	1.720	1.720
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.237	3.237	3.225	3.225
Vinculados a operações compromissadas	-	-	5.192	5.192
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	5.192	5.192
Total de títulos para negociação	22.473	22.493	31.543	33.212
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - livres	142.397	142.414	187.312	188.983
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	137.101	137.117	155.194	155.210
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	258	260
Notas do Tesouro Nacional - NTN	690	725	23.778	25.448
Títulos da Dívida Agrária - TDA	192	158	99	82
Cotas de Fundos de Investimento	4.414	4.414	7.983	7.983
Vinculados a operações compromissadas	172.495	172.495	310.201	310.306
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	172.495	172.495	310.201	310.306
Vinculados à prestação de garantias	74.671	74.663	59.344	59.340
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	59.592	59.584	44.671	44.667
Cotas de Fundos de Investimento	15.079	15.079	14.673	14.673
Total de títulos disponíveis para venda	389.563	389.572	556.857	558.629
Total	412.036	412.065	588.400	591.841

(i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	2020					Total	2019 Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	128	128	5.464
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	400
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	551	551	581
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	1	1	108	110	109
Cotas de Fundo de Investimento	10.917	-	-	-	-	10.917	9.917
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	7.463	-	7.463	9.580
Ações de Companhias Abertas	87	-	-	-	-	87	2.216
Aplicações em TVM no exterior	-	-	-	-	-	-	1.720
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	3.237	3.237	3.225
Total de títulos para negociação (i)	11.004	-	1	7.464	4.024	22.493	33.212
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	64.609	121.308	61.821	121.458	369.196	510.183
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-	260
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	712	-	13	725	25.448
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	1	157	158	82
Cotas de Fundo de Investimento	19.493	-	-	-	-	19.493	22.656
Total de títulos disponíveis para venda (i)	19.493	64.609	122.020	61.822	121.628	389.572	558.629
Total	30.497	64.609	122.021	69.286	125.652	412.065	591.841

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 13.712 (R\$ 16.891 em 2019).

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Não houve reclassificação de categoria de títulos no semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2020				2019			
	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
Termos (NDF)	63.223	10.690	-	10.690	71.494	3.247	-	3.247
Total	63.223	10.690	-	10.690	71.494	3.247	-	3.247

a) Composição analítica das operações

Descrição	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber / (a pagar)
Termo		
Real x USD	63.223	10.690
Total	63.223	10.690

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

Descrição	2020			Total	2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Contratos a termo - NDF	10.690	-	-	10.690	3.247

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 30 de junho de 2020, o valor referencial de R\$ 194.061 (R\$ 94.577 em 31 de dezembro de 2019), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 83 (em 31 de dezembro de 2019 a receber R\$ 348).

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.961	15.693
Cotas de Fundos	15.079	1.360
	<u>31.040</u>	<u>17.053</u>

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, estão demonstrados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Futuros	(19.799)	13.870
Operações a termo - NDF	15.714	(1.626)
	<u>(4.085)</u>	<u>12.244</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

a) Por tipo de operação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	290.859	292.411
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	<u>190.233</u>	<u>214.290</u>
	481.092	506.701
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação	<u>49.010</u>	<u>60.325</u>
	49.010	60.325
Total das operações de crédito	<u>530.102</u>	<u>567.026</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(18.337)	(24.309)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	(490)	(603)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(18.827)</u>	<u>(24.912)</u>
	<u>511.275</u>	<u>542.114</u>

b) Por setor de atividade

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Setor privado		
Indústria	104.035	133.076
Comércio	230.981	236.663
Serviços	185.629	188.396
Pessoas físicas	<u>9.457</u>	<u>8.891</u>
Total	<u>530.102</u>	<u>567.026</u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Parcelas vencidas	28.192	26.077
Parcelas vincendas		
até 90 dias	75.970	75.741
de 91 dias a 180 dias	65.172	78.864
de 181 dias a 360 dias	108.846	94.358
acima de 360 dias	<u>251.922</u>	<u>291.986</u>
Total	<u>530.102</u>	<u>567.026</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Saldo da carteira				2019	
	2020				Total	%
	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	29.229	-	29.229	5,51	52.121	9,19
B	441.955	910	442.865	83,54	443.556	78,23
C	26.275	8.370	34.645	6,54	38.043	6,71
D	3.821	4.756	8.577	1,62	4.526	0,80
E	622	1.835	2.457	0,46	4.122	0,73
F	-	1.420	1.420	0,27	14.531	2,56
G	-	4	4	-	21	-
H	7	10.898	10.905	2,06	10.106	1,78
	501.909	28.193	530.102	100,00	567.026	100,00

Nível	Provisão					2019	
	2020					Total	%
	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
A	0,5	146	-	146	0,78	261	1,05
B	1,0	4.420	9	4.429	23,52	4.435	17,80
C	3,0	788	251	1.039	5,52	1.141	4,58
D	10,0	382	476	858	4,56	453	1,82
E	30,0	186	551	737	3,91	1.236	4,96
F	50,0	-	710	710	3,77	7.265	29,16
G	70,0	-	3	3	0,02	15	0,06
H	100,0	7	10.898	10.905	57,92	10.106	40,57
		5.929	12.898	18.827	100,00	24.912	100,00

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	2020	2019
Saldo no início do semestre/exercício	24.912	12.662
Constituições líquidas	1.684	14.065
Baixas de créditos contra prejuízo	(7.769)	(1.815)
Saldo no final do semestre/exercício	18.827	24.912

f) Créditos renegociados e recuperados

Não houve créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2020 (R\$ 7.562, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2020, totalizam R\$ 2.339 (R\$ 623, em 2019).

g) Cessões de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

h) Rendas com operações de crédito

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos e títulos descontados	16.719	26.779
Financiamentos	6.673	7.812
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.339	623
Adiantamentos a depositantes	123	60
Total do resultado com operações de crédito	<u>25.854</u>	<u>35.274</u>

9. Carteira de câmbio

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	-	18.909
Direitos sobre venda de câmbio	-	5.970
	<u>-</u>	<u>24.879</u>
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	-	13.123
	<u>-</u>	<u>13.123</u>

Conforme descrito na Nota 2, no segundo semestre de 2019 o Banco descontinuou a operação de câmbio e se reestruturou administrativamente e em termos de Governança, dando foco na sua carteira de crédito e prestação de serviços, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto, que no momento não é possível ser definida pela administração.

10. Outros ativos - Diversos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Impostos a compensar (i)	35.316	35.355
Recursos antecipados de câmbio	1.501	673
Devedores diversos no país	2.181	52
Devedores por depósito em garantia (nota 29b)	1.585	1.641
Outros	650	267
	<u>41.233</u>	<u>37.988</u>
Realizável a longo prazo		
Devedores por depósito em garantia (nota 29b)	4.527	4.351
	<u>4.527</u>	<u>4.351</u>

(i) Antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

11. Investimentos em controladas e coligadas

Refere-se, substancialmente, a participação na controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	2020	2019
Quantidade de ações possuídas	3.200	3.200
Capital social	66.000	66.000
Patrimônio líquido inicial	63.783	102.892
Redução de capital	(3.783)	-
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e derivativos	(620)	191
Dividendos	-	(38.521)
Lucro do semestre	4.538	5.929
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido final	63.918	70.491
Resultado de equivalência patrimonial	-	5.929

Conforme nota explicativa nº 1, em 6 de fevereiro de 2020 o Banco reduziu seu capital, dando como pagamento as ações possuídas da Corretora, deixando assim de ser seu Controlador.

12. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	30/06/2020	31/12/2019
Software	20%	5.193	(3.543)	1.650	1.933
Outros intangíveis	-	4.000	-	4.000	4.000
(*)	-	9.193	(3.543)	5.650	5.933

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

13. Depósitos

a) Por prazo de vencimento:

	2020				Total	2019
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
A vista - Moeda nacional	211.040	-	-	-	211.040	139.260
A vista - Moeda estrangeira	3	-	-	-	3	36
Interfinanceiros	-	61.330	-	-	61.330	75.368
A prazo	-	29.499	112.342	238.700	380.541	437.571
	211.043	90.829	112.342	238.700	652.914	652.235

No semestre findo em 30 de junho de 2020, as despesas com “Depósitos” foram de R\$ 9.862 (R\$ 29.643 em 2019) e as despesas com o “Fundo Garantidor de Crédito” foram de R\$ 423 (R\$ 537 em 2019). (nota 18)

b) Taxa média praticada:

	2020		2019	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Interfinanceiros	n/c	99,01	n/c	99,01
A prazo	6,66	111,81	9,60	114,25

14. Captações no mercado aberto

	2020		2019
	De 1 a 30 dias	Total	Total
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (nota 26)	172.430	172.430	314.849
	172.430	172.430	314.849
Carteira de terceiros			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	361.912	361.912	552.271
	361.912	361.912	552.271
Total	534.342	534.342	867.120

No semestre findo em 30 de junho de 2020, as despesas com “Captações no Mercado aberto” foram de R\$ 12.274 (R\$ 37.078 em 2019). (nota 18).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

15. Obrigações por empréstimos e repasses; Recursos de aceites e emissão de títulos e Dívidas subordinadas

	2020					Total	2019
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
Obrigações por repasses							
Repasses do país - Instituições Oficiais (i)	6.818	-	-	-	-	6.818	7.218
Recursos de aceites e emissão de títulos							
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (ii)	-	2.613	806	53.470	35.926	92.815	93.806
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iii)	-	-	-	16.718	10.505	27.223	32.928
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (iv)	-	-	-	-	1.100	1.100	1.077
Dívidas subordinadas							
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (v) (nota 26)	-	-	-	-	31.693	31.693	31.063
	6.818	2.613	806	70.188	79.224	159.649	166.092

- (i) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;
- (ii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi entre 95% a 116% do CDI;
- (iii) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco (nota 26);
- (iv) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 122% do CDI com vencimento em 08/11/2021 (nota 25)
- (v) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, as despesas com “Recursos de Aceites e emissão de Títulos” foram de R\$ 1.967 (R\$ 3.199 em 2019). (nota 18 e 26); e as despesas com “Dívidas Subordinadas” foram de R\$ 653 (R\$ 1.072 em 2019). (nota 18).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

16. Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	2.027	11.621
	<u>2.027</u>	<u>11.621</u>
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições a recolher (i)	31.088	26.694
	<u>31.088</u>	<u>26.694</u>

(i) Referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R\$ 31.088, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Diversas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Pendências a regularizar - Câmbio	-	18.719
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	9
Redução de capital social	60.000	-
Outros valores a pagar	2.896	373
	<u>62.905</u>	<u>19.101</u>

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de fevereiro de 2020 foi deliberado a redução do Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco e o aumento de Capital Social em R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o saldo remanescente, equivalente a R\$ 19.000, pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional, o que ocorreu em 03 de julho de 2020.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2020 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 206.300 (R\$ 206.300 em 2019), é representado por 298.031.760 ações nominativas (298.031.760 em 2019), sem valor nominal, divididas em 149.015.880 (149.015.880 em 2019) ações ordinárias e 149.015.880 (149.015.880 em 2019) ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No semestre findo em 30 de junho de 2020, por decisão da diretoria, não foram destinados e pagos dividendos e juros sobre capital próprio.

c) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

d) Reserva estatutária

O Banco deve destinar 10% (dez por cento) do lucro líquido para constituição de reserva estatutária, destinada a assegurar adequada margem operacional à Sociedade, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social.

O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto do Banco, terá a destinação proposta pela Diretoria e homologada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva Estatutária de Lucros.

e) Lucros acumulados

Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício, após a destinação da reserva legal, foi destinado à conta de reserva estatutária de lucros. Em 30 de junho de 2020 o lucro auferido no semestre foi de R\$ 2.186 (R\$ 14.372 em 2019).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

18. Despesas de captação no mercado

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos a prazo (nota 13)	8.526	22.783
Captações no mercado aberto (nota 14)	12.274	37.078
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 13)	423	537
Depósitos interfinanceiros (nota 13)	1.333	4.794
Letras financeiras (nota 15 e 26)	653	1.072
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 15 e 26)	1.436	2.337
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 15 e 26)	531	862
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras (nota 13)	3	2.066
	<u>25.179</u>	<u>71.529</u>

19. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tarifas de operações de câmbio	-	1.921
Tarifas de serviços bancários	24.146	29.476
Serviços de custódia	324	562
Outros serviços	2.135	171
	<u>26.605</u>	<u>32.130</u>

20. Despesas de pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Proventos	10.276	15.699
Encargos sociais	5.161	9.231
Benefícios	2.590	4.011
Honorários	2.909	11.145
Treinamentos	37	624
Remuneração de estagiários	22	45
	<u>20.995</u>	<u>40.755</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

21. Despesas administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Transportes de numerários - Câmbio	1	24.361
Transportes de numerários - Outros	75	1.048
Serviços técnicos especializados	5.354	8.338
Processamento de dados	4.818	8.406
Aluguéis	1.257	1.973
Sistema financeiro	1.334	4.862
Comunicações	425	784
Serviços de terceiros	354	530
Emolumentos cartorários	423	591
Serviços de vigilância e segurança	85	122
Materiais	29	155
Propaganda e publicidade	69	40
Outras	1.403	3.004
	<u>15.627</u>	<u>54.214</u>

22. Outras receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendas de garantias prestadas	821	206
Variações monetárias ativas	793	1.183
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	1.007	1.630
Cessão de precatórios (i)	2.963	-
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	38	67
Variações monetárias sobre garantias	164	-
Recuperação de encargos e despesas	299	689
Reversão de provisões para contingências	67	122
Reversão de honorários advocatícios	87	-
Reversão de provisões para riscos fiscais	-	1.476
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	1.052	820
Juros sobre capital - Ações	8	20
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	16	5.805
Variações cambiais com empréstimos no exterior	-	2.078
Outras	342	84
	<u>7.657</u>	<u>14.180</u>

- (i) Refere-se ao resultado com operações de aquisição de precatórios públicos (Federal, Estadual e Municipal) - ver nota 10.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

23. Despesas com provisões

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atualizações monetárias de impostos e contribuições (nota 29)	10	39
Contingências - Judiciais e legais (nota 29)	6	344
Provisões para contingências trabalhistas (nota 29)	887	323
Reversões de Depósitos Judiciais	36	
Despesas do auto de infração da Receita Federal (nota 16a)	260	530
Honorários de Contingências	-	20
Provisão sobre fianças prestadas	59	99
	<u>1.258</u>	<u>1.355</u>

24. Outras despesas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Consultorias para operações de crédito	1.509	5.740
Despesas com operações de ouro	21	783
Provisão para perdas com clientes	18	17
Despesas com recuperações de contratos de CDC	646	965
Variação cambial	-	563
Cartão pré-pago	49	457
Amortizações e depreciações	435	726
Tarifas interbancárias	48	144
Despesas financeiras - PSH	226	245
Comissões sobre contratos de financiamentos	-	24
Outras Despesas - Controladorias de fundos	-	502
Despesas jurídicas	615	2.223
Despesas de descontos concedidos em renegociações	2.969	-
Despesas com atualizações de precatórios	28	1
Perdas com tarifas	822	-
Outras	608	536
	<u>7.994</u>	<u>12.926</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	5.187	23.803
(-) Participações nos lucros	(243)	(3.759)
Resultado antes da tributação e depois das participações	<u>4.944</u>	<u>20.044</u>
Adições e exclusões temporárias	<u>3.426</u>	<u>3.841</u>
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	1.760	1.278
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	1.684	4.011
Provisão para riscos fiscais (nota 29b.3)	(876)	(1.782)
Provisões para passivos contingentes (nota 23)	858	334
Adições e exclusões permanentes	<u>1.559</u>	<u>(872)</u>
Equivalência patrimonial da controlada (nota 11)	-	(5.929)
Outras adições e exclusões permanentes	1.559	5.057
Base de cálculo	<u>9.929</u>	<u>23.013</u>
Imposto de renda / Contribuição social	4.360	7.346
Deduções - Incentivos fiscais	(60)	(138)
Imposto de renda e contribuição social	<u>4.300</u>	<u>7.208</u>
Ativo fiscal diferido	(1.542)	(1.536)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u><u>2.758</u></u>	<u><u>5.672</u></u>

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para perdas esperadas	60.669	58.985
Provisão para riscos fiscais e contingências	10.770	10.788
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	1.817	(1.798)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	7.533	7.532
	<u><u>80.789</u></u>	<u><u>75.507</u></u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	Reclassificação (i)	31/12/2019
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	17.463	12.288	(532)	(2.675)	26.544
Provisão para riscos fiscais e contingências	1.966	1.006	(1.826)	3.708	4.854
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	501	3.992	(879)	(4.423)	(809)
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	-	-	3.390	3.390
Total dos Créditos Tributários (*)	19.930	17.286	(3.237)	-	33.979

(i) Em 2019 ocorreram reclassificações entre linhas, sem impacto no resultado, para melhor aderência da informação.

	31/12/2019	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2020
Perdas esperadas com operações de crédito (i)	26.544	1.306	(548)	27.302
Provisão para riscos fiscais e contingências	4.854	386	(395)	4.845
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	(809)	2.226	(599)	818
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	3.390	-	-	3.390
Total dos Créditos Tributários (*)	33.979	3.918	(1.542)	36.355

(i) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R\$ 18.793 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas para prejuízo.

(*) Os créditos tributários são compostos dos seguintes valores:

	2020	2019
Outros créditos diversos - Créditos tributários	36.355	33.979
Total dos Créditos Tributários	36.355	33.979

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2020 é de R\$ 27.415 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.365	2.730	2.730	2.730	2.730	2.730	2.730	2.730	2.730	4.098	27.303
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	-	1.615	1.615	1.615	-	-	-	-	-	4.845
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	204	409	204	-	-	-	-	-	-	-	817
Prejuízo fiscal / Base negativa	629	1.469	1.292	-	-	-	-	-	-	-	3.390
Total	2.198	4.608	5.841	4.345	4.345	2.730	2.730	2.730	2.730	4.098	36.355
Valor Presente	2.154	4.357	5.205	3.589	3.312	1.915	1.758	1.605	1.479	2.041	27.415

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2020	2019	2020	2019
Depósitos à vista	(37.341)	(15.054)	-	-
Depósitos a prazo	(69.632)	(84.836)	(1.361)	(5.634)
Depósitos interfinanceiros	(61.330)	(60.136)	(1.189)	(4.334)
Captações no mercado aberto (nota 14)	(88.600)	(54.001)	(1.082)	(874)
Devedores - Conta liquidações pendentes	83	(1.066)	-	-
Letra financeira - Dívida subordinada (nota 15)	(31.693)	(31.063)	(631)	(1.035)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 15 e 18)	(27.223)	(32.928)	(531)	(862)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 15 e 18)	(83.945)	(91.509)	(1.357)	(2.238)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração fixa	2.909	11.145
Encargos sociais	655	2.508
Total	<u>3.564</u>	<u>13.653</u>

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

27. Gerenciamento de riscos

Apetite de Risco

A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do Chief Risk Officer (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco e Singulare.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Tipos de Riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez tem origem da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas à paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking e Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

d) Risco Operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

e) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução 4.557/17 do CMN.

28. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 30 de junho de 2020, correspondiam a R\$ 29.874 (R\$ 25.222 em 31 de dezembro de 2019), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 873 (R\$ 814 em 31 de dezembro de 2019).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

29. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre e exercício, estão a seguir apresentadas:

	Provisões para contingências			2020	2019
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais		
Saldo no início do semestre/exercício	805	1.366	1.246	3.417	4.232
Constituições	887	6	-	893	1.657
Realizações	-	(33)	-	(33)	(599)
Atualizações	-	-	10	10	56
Reversões	-	(67)	-	(67)	(1.950)
Honorários	-	(87)	-	(87)	21
Saldo no final do semestre/exercício	1.692	1.185	1.256	4.133	3.417

	Depósitos judiciais				2020	2019
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros		
Saldo no início do semestre/exercício	63	1.092	4.290	548	5.993	5.188
Atualizações	-	-	38	-	38	128
Constituições	137	-	-	-	137	1.123
Reversões	-	(36)	-	-	(36)	(156)
Levantamentos	-	(20)	-	-	(20)	(291)
Saldo no final do semestre/exercício	200	1.036	4.328	548	6.112	5.992

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2020 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 18 processos (17 processos em 2019) de natureza cível que somam R\$ 8.090 (R\$ 8.052 em 2019), 15 processos (19 processos em 2019) de natureza trabalhista que somam R\$ 3.939 (R\$ 2.690 em 2019) e 15 processos (14 processo em 2019) de natureza fiscal que somam R\$ 4.069 (R\$ 4.633 em 2019), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.c, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

d) Órgãos reguladores

O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento desse processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753, tendo o Banco Paulista ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível, mas não sendo possível determinar se uma provisão seria requerida.

30. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019
RWA e Índice Basileia		
PR	145.283	198.571
PR nível I	138.944	192.358
Capital Principal	138.944	192.358
PR nível II	6.339	6.213
RWA Cpad - Crédito	749.574	811.427
RWA Cam - Câmbio	513	40.053
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	-	-
RWA Opad - Operacional	618.722	660.085
RWA - Total	1.368.809	1.511.565
PR Mínimo	109.505	120.925
Índice de Basileia (PR / RWA Total)	10,61%	13,14%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	10,15%	12,73%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	10,15%	12,73%

O índice da Basileia, para a data-base de 30 de junho de 2020, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 10,61% para o Conglomerado Financeiro.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

31. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

32. Eventos subsequentes

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Também não foi verificado até o momento, picos de inadimplência na sua carteira de crédito, bem como os níveis de captação junto ao mercado continuam evoluindo, o que proporciona um excelente nível de liquidez, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. Apresentação

Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Paulista, referente ao semestre findo em 30/06/2020, elaborado em atendimento à Resolução do CMN nº 3.198/04, artigo 17º.

2. Introdução

Em 29 de novembro de 2019 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a extinção do Conselho de Administração do Banco Paulista. Em 28 de fevereiro de 2020 ocorreu a renúncia do Membro Qualificado do Comitê de Auditoria (Sr. William Pereira Pinto) e em 30 de setembro de 2020 a renúncia do Coordenador do Comitê de Auditoria (Sr. Marcelo Cardoso).

3. Competências

Em conformidade às atribuições que constam em seu regulamento e as práticas de Governança Corporativa, compete ao Comitê de Auditoria, zelar pelo aprimoramento da qualidade e efetividade dos controles que suportam a integridade das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos e conformidade das operações e negócios com os dispositivos regulamentares e exigências legais, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Externa e da Interna, supervisão das atividades de Compliance e Ouvidoria, fornecendo o respectivo resultado a Administração.

As análises do Comitê de Auditoria foram pautadas nas informações recebidas da Administração, da Controladoria, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, Área de Compliance e nas próprias avaliações decorrentes de observação direta.

A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade da Administração, cabendo a esta estabelecer procedimentos necessários para assegurar sistemas de informações contábeis e gerenciais que produzam demonstrações financeiras em observância a legislação societária, às práticas contábeis, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Administração também é responsável pelo aprimoramento contínuo dos processos, políticas e supervisão das atividades corporativas, controle, gerenciamento dos riscos, Compliance e Ouvidoria.

A BDO RCS Auditores Associados Ltda. (BDO), na qualidade de Auditor Externo, é responsável por examinar as demonstrações contábeis, devendo assegurar que elas representam de forma adequada, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo, de acordo com as práticas adotadas no Brasil decorrentes da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional, da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central do Brasil e emitir opinião sobre a aderência aos princípios contábeis. Adicionalmente, produzir relatório de recomendações para aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos.

A Auditoria Interna tem sua atuação voltada à avaliação da qualidade dos processos e efetividade dos controles internos e as atividades de gerenciamento dos riscos, propiciando ao Comitê de Auditoria uma visão crítica aos principais riscos que a Instituição está exposta. Permanece a gerência interna de Auditoria Interna, com reporte a Administração, sendo a equipe da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. responsável pela execução das auditorias do planejamento de 2020.

4. Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria se reuniu ao longo deste semestre para desempenhar as atividades sob sua responsabilidade, com vistas à avaliação da qualidade e efetividade das auditorias externa e interna, a suficiência dos sistemas de controles internos, processos de gerenciamento de riscos, de Compliance, atendimento de demandas regulatórias e Ouvidoria.

Adicionalmente, a Administração do Banco decidiu por constituir um Comitê de Investigação, coordenado pelo escritório Felsberg Advogados que visa apurar as denúncias e extensa revisão da documentação relacionada ao tema, entrevistas com pessoas relevantes e análises financeiras relacionadas a transações específicas, tendo o acompanhamento dos membros do Comitê de Auditoria e dos representantes da **BDO**.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, concluindo-se que não há evidência de novos fatos além daqueles de conhecimento público, levando a conclusão que a administração do Banco teve ação imediata.

Com a emissão do Relatório Final da investigação não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica e que soube lidar com a situação.

5. Avaliação da Efetividade dos Sistemas de Controles Internos, gerenciamento de risco e Compliance

O Comitê de Auditoria ponderou que os sistemas de controles internos, gerenciamento de riscos e Compliance permanecem compatíveis com o porte e a complexidade dos negócios do Banco. As ações tomadas pela Administração têm focado no aprimoramento contínuo do gerenciamento de risco, de processos e do ambiente de controles, com destaque na priorização de mapeamento de riscos e controles corporativos e na manutenção do aperfeiçoamento da governança/acompanhamento dos principais planos de ação para mitigação dos riscos.

No que tange ao cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas: Quanto aos riscos legais, com base nas informações recebidas das Áreas responsáveis, nos trabalhos de Auditoria Interna, Externa, da Área de Compliance no que se refere ao relatório da função de Conformidade (Resolução CMN nº 4595/2017) e dos órgãos de supervisão (BACEN, CVM, BSM e ANBIMA), concluímos que para as falhas identificadas houve endereçamento junto aos responsáveis, sendo as respectivas recomendações priorizadas e acompanhadas pela Administração. Durante o período, foram realizadas reuniões da Administração com os supervisores do BACEN nas quais a Administração teve a oportunidade de expor as ações em curso.

A avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período: O Comitê de Auditoria vem acompanhando as principais providências em curso, para as quais tem a oportunidade de expor opinião sobre os diversos aspectos decorrentes do exercício de sua função.

6. Avaliação da Demonstração Financeira e Efetividade das Auditorias Independente e Interna

Auditoria Externa: durante o semestre findo em 30/06/2020, foram mantidas reuniões com os auditores externos para discussão e avaliação dos efeitos advindos das investigações

realizadas pelo Comitê de Investigação.

Auditoria Interna: com base no planejamento de suas atividades aprovado e acompanhados no foro, teve sua atuação voltada para os principais riscos e processos, sendo as melhorias identificadas encaminhadas aos responsáveis e a implementação/planos de ação foram objetos de acompanhamento no âmbito do Comitê de Auditoria, com ciência da Administração dos reportes emitidos e acompanhamento do planejamento de 2020.

7. Relatório Semestral da Ouvidoria e do Canal de Ética

O Comitê de Auditoria recebeu os relatórios acerca da atuação da Ouvidoria (Resolução CMN nº 4.433/2015 e Instrução CVM nº. 529/2012) e do Canal de Ética (Resolução CMN nº. 4567/2017) para o 1º semestre de 2020, cujas adequações foram endereçadas aos responsáveis, sendo as respectivas ações acompanhadas pela Administração.


8. Conclusão

O ambiente de controles internos, que inclui sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e cumprimento de normas legais e regulamentares, após as ações tomadas pela Administração (descritas no item 5) apresenta-se compatível com a natureza, complexidade, risco da operação e apetite de riscos aprovado. A Administração vem atuando no aprimoramento da governança corporativa e no endereçamento dos planos de ação identificados pelas auditorias interna e/ou externa e órgãos de supervisão de forma a mitigar riscos e/ou falhas operacionais que impactem a Instituição. Assim o Comitê de Auditoria, ponderada suas responsabilidades e as limitações naturais do alcance de sua atuação, declara que teve conhecimento de todos os fatos relevantes, necessários a execução no âmbito deste colegiado.

São Paulo, 28 de janeiro de 2021



Rui Luis Fernandes
Membro do Comitê



Marcelo de Toledo Guimarães
Diretor Presidente



Jeferson Fanti
Diretor

